



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**GERLANE MAYARA DA SILVA COSTA**

O CRISTIANISMO COMO BASE DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2017**

**GERLANE MAYARA DA SILVA COSTA**

**O CRISTIANISMO COMO BASE DO ENSINO RELIGIOSO NO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: José Pereira de Sousa Junior

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837c Costa, Gerlane Mayara da Silva  
O cristianismo como base do ensino religioso no Brasil  
[manuscrito] / Gerlane Mayara da Silva Costa. - 2017.  
29 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.  
"Orientação: José Pereira de Sousa Júnior, Departamento de  
Educação".

1. Ensino Religioso 2. Diversidade 3. Educação I. Título.  
21. ed. CDD 372.84

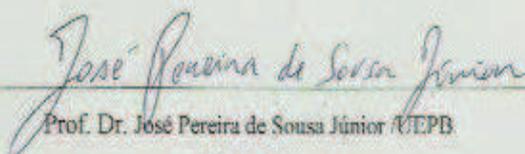
GERLANE MAYARA DA SILVA COSTA

O CRISTIANISMO COMO BASE DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em 08/08/2017

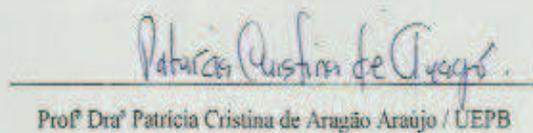
BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior /UEPB

Orientador

  
Profª Drª Margareth Maria de Melo /UEPB

Examinadora

  
Profª Draª Patrícia Cristina de Araújo /UEPB

Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por ter me dado forças para seguir em frente em meio a tantas dificuldades, por nunca ter me permitido desistir, mesmo nos momentos mais difíceis nessa longa caminhada para chegar até aqui. Pelos livramentos que me deu durante esses anos, as boas relações que construí, pelo mais belo presente que Ele me deu nesse curso, o meu namorado.

Agradeço a minha família, em especial minha mãe Maria José, que sempre foi mãe e pai para os filhos, sempre me incentivou, foi a minha primeira professora e que apesar da pouca escolaridade que tinha, me alfabetizou em casa, e que durante o Ensino Médio foi minha colega e incentivadora, fez todo o possível para me manter no curso. Minha mãe é um máximo, a maior merecedora dessa conquista, esse sonho que sonhamos juntas.

A minha avó Anália que sempre colocou em primeiro lugar a educação dos netos e bisnetos. Ao meu irmão Diego, que foi o meu primeiro e mais difícil aluno. Agradeço aos tios e primos que direta ou indiretamente me ajudaram e incentivaram nesse processo de busca e construção de conhecimento.

Agradeço ao meu eterno namorado e futuro esposo Wellington, que desde sempre foi parceiro e incentivador, crítico e sem dúvidas, grande companheiro. Sem ele, não seria possível desenvolver este trabalho, sem a sua ajuda e paciência eu jamais conseguiria ter seguido em frente nas horas difíceis. Obrigada pelas inúmeras noites em que me emprestou seu ombro para que eu pudesse dormir durante os longos percursos Arara – Campina Grande, depois de longas jornadas de trabalho e estudo.

Às amigas que o curso de Pedagogia me deu, Maria, Sayonara e Viviana, que são três presentes preciosos que irei levar comigo a vida inteira, muito mais que colegas, amigas que aguentaram meu gênio difícil por cinco longos anos.

Ao motorista Aluísio, que se tornou um grande amigo, pela sua paciência, sua bondade de mudar a rota muitas vezes só para me buscar nos campos de estágio, por ainda assim me deixar em casa, mesmo não fazendo parte de suas obrigações. Pela sua generosidade, muito obrigada.

À banca examinadora, pela disponibilidade de participar e se fazer presente neste momento de minha vida.

Agradeço imensamente ao Professor Júnior, este que mesmo sem nunca ter sido meu professor, abraçou minha causa e não se negou a me orientar, sempre se fez presente na construção deste trabalho. Muito obrigada pela sua paciência comigo, bom humor, sua bondade e por ser este ser humano de um coração maravilhoso.

E enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*“Quando a solidão doeu em mim  
Quando meu passado não passou  
por mim  
Quando eu não soube compreender  
a vida  
Tu vieste compreender por mim  
Quando os meus olhos não podiam  
ver  
Tua mão segura me ajudou a andar  
Quando eu não tinha mais amor no  
peito  
Teu amor me ajudou a amar  
Quando o meu sonho vi desmoronar  
Me trouxeste outros pra recomeçar  
Quando me esqueci que era alguém  
na vida  
Teu amor veio me lembrar  
Que Deus me ama, que não estou só  
Que Deus cuida de mim  
Quando fala pela tua voz  
Que me diz: Coragem”*

*(Padre Fábio de Melo)*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO.....</b>	<b>8</b>
<b>TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: BREVE ANÁLISE..</b>	<b>13</b>
<b>EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E ENSINO RELIGIOSO.....</b>	<b>15</b>
<b>O PROFESSOR E O ENSINO RELIGIOSO.....</b>	<b>18</b>
<b>ANÁLISE DE QUESTIONÁRIOS.....</b>	<b>20</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>

## RESUMO

O Ensino Religioso é, sem dúvida fundamental na formação do cidadão, desde pequeno, porém, deve-se compreender e respeitar a diversidade religiosa e cultural existente para que não haja apenas a formação catequética no ambiente escolar. Para isso, precisamos estudar o processo histórico do Ensino Religioso, bem como termos noções de campo e do campo religioso em si, analisando a influência do Cristianismo no mesmo. Tal processo pode ser compreendido dialogando com Pierre Bourdieu, traçando um paralelo com a própria Constituição Federal, no que concerne ao Ensino Religioso. Contudo, é notório que apesar de tantas lutas pela igualdade cultural, não se vê esta acontecer como se espera, e sabemos que um dos fatores que corroboram para tal é a parcialidade dentro de sala de aula, esta que muitas vezes acontece de maneira “inocente” por parte do professor.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Diversidade. Educação.

## INTRODUÇÃO

Através deste trabalho, gostaria de desenvolver um estudo acerca do modo como é promovido o Ensino Religioso nas salas de aula das turmas de primeira fase do Ensino Fundamental, compreendendo como o mesmo é tratado diante das demais disciplinas do currículo da escola em estudo e por que, em sua grande maioria, é desenvolvido o ensino voltado ao Cristianismo.

O estudo desta temática é de extrema importância para a minha formação profissional, uma vez que busco assim fazer uma associação, na prática, do que estudei durante anos no curso de Licenciatura em Pedagogia, compreendendo a realidade da sala de aula da escola a qual pretendo desenvolver/aplicar tudo o que aprendi. Ao mesmo tempo, é de suma importância para a minha formação pessoal, uma vez que, durante a minha formação inicial, o ensino religioso era desenvolvido apenas por meio de uma oração no início da aula e algumas atividades temáticas de acordo com as datas comemorativas do calendário. Hoje percebo que o ensino religioso vai muito além daquilo que vivenciei, e como pedagoga em fase final de formação e futura atuante da área, gostaria de contribuir com meus estudos acerca dessa temática.

Este estudo surgiu de uma inquietação, principalmente pessoal, visto que na falta de um ensino religioso qualificado, muitas vezes agi com preconceito para com as

---

<sup>1</sup>Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: mayara9582@hotmail.com.

peessoas que não seguissem a mesma religião que eu, e depois de algum tempo, na universidade foi que pude vivenciar momentos de diálogo com pessoas e representantes de outras doutrinas religiosas, o que me despertou interesse em conhecer melhor as mesmas. Só então pude perceber o quão precário era o meu conhecimento acerca do ensino religioso, e por ser uma futura professora, gostaria de fazer diferente com meus alunos, para que eles possam aprender a respeitar e melhor se relacionar com as diferenças culturais e religiosas.

O objetivo deste é reconhecer a importância do ensino acerca da diversidade religiosa na formação educacional dos alunos, facilitando a compreensão do ensino religioso não apenas como estudo de uma religião específica, mas como conhecimento aprofundado em diferentes religiões, de modo a favorecer a compreensão do ensino religioso em sua dimensão específica. É válido ressaltar a importância do respeito à diversidade cultural, bem como a sua discussão em sala de aula.

Os métodos de pesquisa utilizados foram a revisão bibliográfica e aplicação de questionários. A leitura de livros e artigos sobre o tema foi fundamental para a elaboração deste trabalho. O aporte teórico metodológico deste artigo está baseado nas leituras de Pierre Bourdieu<sup>2</sup> (1930-2002), que discorre acerca dos conceitos de campo e por consequência, a noção de campo religioso.

## **REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO**

Para compreendermos as noções de campo religioso e como se deu a disputa pelo mesmo por parte dos demais campos, como o campo da Igreja e o campo do Estado. Segundo Bourdieu o conceito de campo é mais abrangente que o de classes, por

---

<sup>2</sup>Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) nasceu em Denguin, França, no dia 1 de agosto de 1930. Iniciou seus estudos básicos em sua cidade natal. Mudou-se para Paris, ingressou na Faculdade de Letras, onde cursou Filosofia, obtendo a graduação em 1954. Prestou serviço militar na Argélia (então colônia francesa). Entre os anos de 1958 e 1960, assumiu a função de professor assistente na Faculdade de Argel. Em suas obras, Bourdieu tenta explicar a diversidade do gosto entre os seguimentos sociais, analisando a variedade das práticas culturais entre os grupos, afirmando que o gosto cultural e os estilos de vida da burguesia, das camadas médias e da classe operária, estavam profundamente marcados pela trajetória social vivida por cada um deles. Pierre Bourdieu foi considerado um dos mais importantes intelectuais de sua época. Tornou-se referência na Antropologia e na Sociologia, publicando trabalhos sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística, comunicação e política. Com sua vasta produção intelectual, recebeu o título “Doutor Honoris Causa” da Universidade Livre de Berlim (1989), da Universidade Johann Wolfgang-Goethe de Frankfurt (1996) e da Universidade de Atenas (1996). Pierre Bourdieu faleceu em Paris, França, no dia 23 de janeiro de 2002.

exemplo, nele a noção de campo, vai tratar de um espaço onde existe uma disputa entre dominantes e dominados pela manutenção ou pela aquisição já estabelecidos.

“Se define entre outras coisas através da definição de objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos. Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.(BOURDIEU,1983,p. 89).”

Como será observado ao logo deste trabalho, existia uma relação bastante tranquila entre a igreja e o estado, tanto no período colonial bem como durante o império, sendo assim não existia uma disputa entre os lados, uma vez que ambos compactuavam da mesma estrutura. Neste caso segundo Bourdieu as disputas que eram travadas se davam de forma interna.

“Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura e da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja a necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996,p.50).”

Dentro de tal ótica, o campo do governo se funde com o campo religioso, onde tanto um quanto o outro tem suas estruturas independentes, cada qual com os seus objetivos, onde estes se fundem naquele que era o objetivo principal no caso a colonização do Brasil.

Com o advento da república, o que até então era uma relação totalmente harmoniosa, passa a enfrentar os primeiros embates. Isto se deu pelo fato de que a partir do momento em que houve a instauração da república, inúmeras responsabilidades que anteriormente estavam sobre o comando da igreja, agora passam a ser responsabilidade do estado, como por exemplo, a educação que migra do campo religioso para o campo do estado.

É justamente nesse contexto que se trava uma verdadeira disputa entre os campos, bem como disputas internas dentro de cada um dos campos, como por exemplo, as existentes dentro do campo religioso, travada entre as mais diversas denominações, cada uma querendo usar a escola como um lugar de catequese e

proselitismo. Fazendo ou tornando assim as religiões um verdadeiro sistema simbólico, que vai tratar diretamente com a ordem das coisas.

Para Bourdieu, este fato acontece justamente por conta:

Tanto pelo fato de que os sistemas simbólicos derivam sua estrutura, o que é tão evidente no caso da religião, da aplicação sistemática de um único e mesmo princípio de divisão e, assim, só podem organizar o mundo natural e social recortando nele classes antagônicas, como pelo fato de que engendram o sentido e o consenso em torno do sentido por meio da lógica da inclusão e da exclusão, estão propensos por sua própria estrutura a servirem simultaneamente a funções de inclusão e exclusão, de associação e dissociação, de integração e distinção. (BOURDIEU, 2011, p.30)

No que se refere ao estudo do campo religioso, Bourdieu nos traz a noção de campo como sendo um espaço em que sujeitos (instituições) disputam o seu poder. Em seus estudos, ele analisa a sociedade como um conjunto de campos sociais atravessados por lutas entre as classes. Para tanto, precisamos compreender a noção de campo que:

[...] se define entre outras coisas através da definição de objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos. Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, Questões da sociologia, p. 89)

Sendo assim, podemos definir o campo como uma configuração de relações objetivas entre posições diferentes, de modo que as disputas ocorrentes pelas instituições objetivam a aquisição de diferentes tipos de poder, como meio de obter como resultado a posse do que está em disputa pelo campo.

Podemos perceber que até o período imperial, não era notada uma disputa de campo entre o Estado e a Igreja, uma vez que ambos (os campos) compartilhavam de uma mesma estrutura, de maneira que cada um reforçava a autonomia do outro sem perder a sua própria autonomia, porém, “Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura e da distribuição das propriedades ativas e assim, do espaço social.” (BOURDIEU, Razões Práticas, p. 50)

Deste modo, há uma fusão campo religioso-campo do governo, de modo que cada um destes apresenta objetivos específicos dentro de uma mesma perspectiva – colonizar o Brasil-. Porém, com o início do período republicano, começam a ocorrer as primeiras divergências entre os dois campos, quando o Estado torna-se responsável pela educação, que antes era exclusiva da Igreja. A partir de então, a disputa pelo ensino

religioso na escola pública passa a representar as lutas entre os campos religioso e político.

Essa disputa pela posse do ensino religioso também ocorre por parte das diferentes denominações religiosas, o que vem a tornar a escola pública como um espaço para o proselitismo, contundindo a proposta de Estado laico no período republicano, uma vez que essa disputa travada pelas diferentes religiões apresenta-se como sistema simbólico, veiculando poder e política. Tal organização de sistema ocorre

Tanto pelo fato de que os sistemas simbólicos derivam sua estrutura, o que é tão evidente no caso da religião, da aplicação sistemática de um único e mesmo princípio de divisão e, assim só podem organizar o mundo natural e social recortando nele classes antagônicas, como pelo fato de que engendram o sentido e o consenso em torno do sentido por meio da lógica da inclusão e da exclusão, estão propensos por sua própria estrutura e servem simultaneamente a funções de inclusão e exclusão de associação e dissociação, de integração e distinção. (BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p.31)

Fica explícito que a religião vai passando a transformar-se em função política, e com tal transformação, passa a ocorrer uma ideologia às exclusões, frisando as diferenças dentro e fora do campo religioso. Deste modo, fica enfatizado um ensino religioso proselitista e com mero efeito catequético no espaço da escola pública.

É perceptível nesse contexto as funções sociais que passam a serem exercidas pela religião, onde para Bourdieu “em sua obra coisas ditas 1987” isto se dar pelo fato da religião transformar funções sociais em funções políticas.

Ainda segundo ele, é por consequência da função política existente dentro do campo religioso que ocorrem diferenças dentro e fora do campo religioso

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem. (BOURDIEU, 2011, p.69)

Mediante toda argumentação teórica apresentada com base em Bourdieu, podemos entender que a permanência do ensino religioso da forma catequética, doutrinária e proselitista como se apresentam na maioria das escolas públicas tem o “apoio” social e político como um símbolo da contribuição da igreja na permanência da ordem da vida política. Como cita o próprio:

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a 'neutralização', capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia. (BOURDIEU, 2011,p.70)

Podemos desta forma perceber que as religiões, tem utilizado de forma bastante clara o seu prestígio e poder para anestesiar todos os debates que envolvem a permanência ou não do ensino religioso nas escolas públicas.

A metodologia adotada neste estudo está inserida na perspectiva qualitativa da investigação, uma vez que faz-se necessário conhecer as percepções e como os participantes desta interpretam suas experiências, tendo em vista que em tal perspectiva, o conhecimento está voltado para as relações legitimadas e construídas entre as pessoas.

A metodologia utilizada durante a realização do presente artigo, está dividida em dois momentos que foram justamente, a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica, ambos de grande importância e sem os quais não seria possível a realização do mesmo.

A pesquisa de campo se deu a partir da aplicação de questionário com professoras da rede pública de ensino, em uma escola de primeira fase do Ensino Fundamental, com o intuito de compreender o modo como tais professoras os quais já lecionaram a disciplina de ensino religioso. A aplicação dos referidos questionários, teve como objetivo extrair depoimentos significativos sobre o tema central do trabalho. Seguindo desta forma o pensamento de Deslandes (1994)

“O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer”.(Deslandes, 1994.p,64)

A metodologia do trabalho abrange também as pesquisas bibliográficas, onde as mesmas tiveram como objetivo, selecionar, recolher, analisar e conseqüentemente interpretar as já existentes contribuições sobre o tema proposto. Deste modo, nos utilizamos de tais recursos para aprimorar a pesquisa e conferir-lhe uma maior compreensão do tema proposto, analisando o contexto social da educação pública, bem como o ensino religioso nestas instituições, podemos perceber a forte influência cristã na realização da mesma em tal ambiente.

Tais perspectivas de investigação foram fundamentais para a execução deste trabalho, uma vez que unidas, ambas propuseram uma melhor compreensão da temática abordada, tendo em vista, que se trabalhássemos apenas com uma das citadas, o mesmo não teria sido desenvolvido com o mesmo afínco.

## **TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL: BREVE ANÁLISE**

Sabemos que, pelo fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal, país no qual existe forte presença de orientação religiosa católica romana, dá-se grande importância ao ensino religioso, e que para realizarmos uma discussão aprofundada neste tema, precisa-se fazer um estudo da trajetória histórica do ensino religioso e compreendermos a multireligiosidade, bem como a necessidade de uma prática educativa laica que promova a participação e representatividade de todos os grupos sociais.

Tendo em vista a doutrina religiosa cristã imposta no nosso país desde a chegada dos europeus por volta de 1500, denota-se a necessidade de compreender que, embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça que o Brasil é um país laico, não vemos essa laicidade acontecer tal como deveria, ao menos na maioria das escolas.

Durante o período de colonização do Brasil, os europeus já agiam impondo suas ideias para enquadrar os nativos nos valores sociais que eles defendiam, como uma espécie de “unificação”. Deste modo, trazemos uma reflexão de Paiva (2004) que ressalta que “o colégio foi certamente outro caminho, não um caminho paralelo, mas expressão instrumental da pregação e conservação da fé” (p.81). Percebe-se então que, no período colonial brasileiro, a escola entra em uma estratégia de dominação dos negros e índios para que se tornassem pertencentes a fé cristã, esta que ficava sob a responsabilidade do Estado e da Igreja Católica:

Os jesuítas desprezaram a educação popular. Por força das circunstâncias tinham de atuar no mundo colonial em duas frentes: A formação burguesa dos dirigentes e a formação catequética das populações indígenas. Isso significava: a ciência do governo para uns, e a catequese e servidão para outros. Para o povo sobrou o ensino dos princípios da religião cristã. (Gadotti, 2004, p. 65)

A partir de tal afirmação, nota-se que, para manter os nativos submissos às vontades da Coroa Portuguesa, os mesmos objetivaram-se a submetê-los a fé católica e convertê-los ao Cristianismo através dos jesuítas, esta que predominou no Brasil e,

consequentemente monopolizou o ensino, tendo em vista o grande apoio recebido pela Coroa Portuguesa.

Mesmo após a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, o modo de ensino permaneceu praticamente o mesmo, uma vez que, aqueles que foram outrora instruídos pelos jesuítas, passaram então a “tomar conta” da educação e assim, reproduzir os ensinamentos deixados pela Companhia de Jesus.

Durante o período imperial, o Brasil passou por algumas reformas referentes ao modelo até então existente na educação escolar, uma vez que Dom Pedro I atribuiu à religião católica o status e o direito de conferir benefícios eclesiásticos, alimentando o monopólio do ensino escolar da época, como no caso dos documentos complementares de 1827, onde ficou determinado o ensino da religião católica nas escolas.

Foi com Constituição de 1891 que ficou estabelecida a separação do Estado e Igreja, trazendo consigo o princípio de Estado Laico, propondo que o Ensino Religioso deixasse de ser responsabilidade do poder público, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, que nos afirmam:

No período republicano o ensino da religião católica romana passou por uma crise, pois o novo regime que surgiu em 1891 pedia a separação do Estado em relação à Igreja. A partir desse fato, passou a vigorar a seguinte expressão: *Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino.* (PCNER, 2004. 14)

A partir do citado acima, é notório que o Ensino Religioso passou a ser de responsabilidade de escolas de cunho religioso e não mais do poder público quando o Estado assume então a sua laicidade, por meio da Reforma Benjamin Constant, em 1890, gerando crise no sistema educacional de ensino da religião católica.

Durante o Governo de Getúlio Vargas, nas Constituições de 1934 e 1937, o Ensino Religioso passou a ser facultativo, não constando mais como disciplina obrigatória nas escolas públicas, sendo ministrado de acordo com a confissão religiosa do educando, uma vez que o mesmo, ou seu responsável legal a tenha manifestado. Nos anos subsequentes a 1937, o Ensino Religioso permaneceu ocorrendo de maneira facultativa, ainda presente no currículo das escolas.

Entre os anos de 1986 e 1987, no momento em que ocorriam os debates referentes à Assembleia Constituinte, ganham destaque os debates em torno da criação ou não de um dispositivo que garantiria o Ensino Religioso nas escolas públicas. As discussões acaloradas se deram a partir de dois campos opostos, onde de um lado estava

os grupos ligados à religião, sobretudo a Igreja Católica, e do outro lado estavam os grupos secularistas, dentre os quais ganham destaque as associações de educadores, estes posicionados contra o ensino de religião nas escolas públicas, e defensores da escola laica.

Mesmo diante de toda a oposição feita por parte das associações de educadores, a pressão exercida pelos grupos religiosos surtiu efeito, e em 1988 foi incluído na Constituição o dispositivo que em seu artigo 21§ único: “ o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Conforme citado, a Lei estabelece o Ensino Religioso como parte integrante do currículo das escolas públicas, e o modo como este deve ocorrer, fica notório em seu artigo 19, com o seguinte:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (Grifo acrescentado).

Sendo assim, fica evidente que a laicidade é exaltada, como uma maneira de externar o respeito às diferentes crenças religiosas, mantendo o ensino religioso de maneira democrática, visando a preservação das diversidades, sem nenhum tipo de proselitismo.

## **EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E ENSINO RELIGIOSO**

Desde a colonização, o ensino religioso está fortemente presente na nossa vida, ficando evidente a relação persistente entre as instituições religiosas e o sistema educacional desde quando a educação passou a ser comedido pelos jesuítas, porém, mesmo após a Reforma de 1890, o ensino religioso de cunho cristão se manteve presente nas escolas públicas brasileiras, seja de maneira direta, ou superficial.

Após quase uma década da promulgação da Constituição Cidadã, a nova Lei de Diretrizes e Bases estabelece o ensino ministrado com base na liberdade de ensino e aprendizagem, pesquisa e divulgação da cultura, do pensamento, da arte e do saber. Sendo assim, a partir da vigência da mesma, foi aprovada a substituição do artigo 33,

passando então à edição de lei 9.475/97, onde o ensino religioso torna-se disciplina escolar, bem como área do conhecimento necessário à base da formação do cidadão.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, como parte integrante da formação básica do cidadão, constando como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedando quaisquer formas de proselitismo. (BRASIL, 1997)

Destarte, o ensino religioso passa a vigorar com uma disciplina escolar, contendo avaliações e valendo notas/conceitos. Compreende-se então esta como uma disciplina que age diretamente na vivência do educando, corroborando para uma formação educacional mais ampla, evidentemente que em consonância com as demais disciplinas que compõem o currículo escolar.

É válido compreender que a grande diversidade existente no ambiente escolar dificulta a discussão, bem como a compreensão das diversidades culturais e religiosas como algo que deve ser não só respeitado, mas também exaltado como um direito individual e coletivo, o que implica em trabalhar o exercício de outros direitos que estejam interligados a este, uma vez que a partir do momento que é vedado o direito do respeito à diversidade religiosa ou cultural, passa então a ocorrer o crime de intolerância.

Quando se fala em Ensino Religioso, deve-se observar as necessidades de exceder o proselitismo para que promova a autenticidade de uma escola em benefício do povo. Somos cientes dos desafios que a escola enfrenta, no que se refere à prática do Ensino Religioso, tendo em vista que o mesmo já é, por lei, estabelecido como facultativo, tornando-o então, opcional. Partindo deste pressuposto, nos deparamos com outro desafio, que é o de promover a superação do preconceito, bem como a noção de respeito à diversidade cultural e religiosa.

É necessário compreender o direito coletivo da educação, potencializando-o como algo a ser desenvolvido de maneira plena, estimulando o educando a buscar compreender – se como cidadão único e com características comuns aos demais presentes dentro de uma coletividade. Sendo assim, o currículo do Ensino Religioso passa a ser visto sob a perspectiva de um novo olhar, pautando-se na liberdade de ensino e aprendizagem, bem como o respeito à liberdade e valorização das diferentes culturas e etnias para a formação da população brasileira.

Um dos principais objetivos do FONAPER<sup>3</sup> (Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso) foi alcançado em março de 1996, com a criação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do ensino religioso. Esse documento propôs as diretrizes fundamentais para o ensino religioso enfatizando que a disciplina deveria evitar qualquer forma de proselitismo e doutrinação. Segundo os PCNs do Ensino Religioso, “a escola deve promover ações que levem o educando à cidadania e ao respeito perante a alteridade religiosa e ao ecumenismo”.

Desta forma, a escola deve garantir a possibilidade do diálogo entre os educandos, proporcionando uma releitura das tradições religiosas, prezando pelo respeito à sua espiritualidade, superando qualquer forma de proselitismo e evidenciar um estudo que possibilite conhecer as diferentes organizações religiosas existentes numa sociedade, propõe ao educando formar uma opinião mais democrática, compreendendo a liberdade das mais diversas formas de expressão dentro de uma diversidade tanto religiosa, bem como cultural. Deste modo, tais aspectos devem ser implementados em todo o currículo escolar, desde a educação infantil, até o ensino superior.

É válido ressaltar que o ensino religioso não deve representar quaisquer experiências de fé, deve-se, portanto, proporcionar ao aluno uma melhor maneira de se relacionar com as diferentes crenças religiosas, coibindo qualquer forma de intolerância. Para tanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso propõem a organização de um currículo apresentado em eixos temáticos sistematizados para o aprofundamento em Tradições Religiosas, Textos e Livros Sagrados: Oraís e Escritos, Teologias, Ritos e Ethos, todos estes direcionados ao respeito às diversidades culturais, evidenciando uma educação baseada em princípios democráticos.

Articulando-se em torno de tais eixos, o FONAPER tem promovido palestras e seminários em vários estados do território brasileiro, com o intuito de capacitar os

---

<sup>3</sup> O **Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso - FONAPER** é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza. Fundado em 26 de setembro 1995, em Florianópolis/SC, vem atuando na perspectiva de acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, pesquisadores, sistemas de ensino e associações na efetivação do Ensino Religioso como componente curricular. O FONAPER é um espaço de discussão e ponto aglutinador de ideias, propostas e ideais na construção de propostas concretas para a operacionalização do Ensino Religioso na escola.

docentes, por meio de um endereço eletrônico<sup>4</sup>, também disponibiliza trabalhos publicados na área de ensino religioso, bem como as experiências realizadas em salas de aulas, ressaltando que o modelo de ensino religioso proposto na lei 9.475/97 tem alcançado êxito em algumas escolas, adaptando-se à pluralidade religiosa.

Assim sendo, podemos compreender os PCNER como um guia para a prática pedagógica em sala de aula, que orienta para a superação e compreensão do campo simbólico, articulando-se com um trabalho interdisciplinar para a valorização das diferenças culturais regionais, uma vez que as propostas pedagógicas e os regimentos escolares devem acolher com autonomia e senso de justiça o princípio da identidade pessoal, bem como a identidade coletiva da comunidade escolar.

No tocante aos PCNs, vale destacar que de acordo com o Ministério da Educação:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional. [...] O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, o processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos baseado nos princípios democráticos. [...] (Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 13)

Desta maneira, os PCNs têm como objetivo nortear o sistema educacional para a criação de propostas educativas, ao mesmo tempo em que propõe e mantém a autonomia dos professores, bem como os orienta através dos princípios acima citados, visando a parceria na criação de uma educação baseada no espírito democrático.

## **O PROFESSOR E O ENSINO RELIGIOSO**

A grande discussão acerca desta temática está em como o ensino religioso é trabalhado em sala de aula, buscando compreender o posicionamento do professor e da escola em relação a esta disciplina, uma vez que órgãos públicos devem ser neutros no que se refere à consciência de liberdade religiosa.

Sabemos da necessidade de profissionais capacitados para exercer a função de educador religioso, visto que o mesmo deve assumir-se também como laico dentro da

---

<sup>4</sup> <http://www.fonaper.com.br/>

sala de aula, uma vez que, como propagador e representante da democracia, deve começar por exercê-la em sala de aula, primeiramente, não impondo a sua crença a seus alunos. A sala de aula não deve ser um espaço para a propagação de fé, e sim um ambiente que possibilite uma linguagem simbólica, porém real, vindo a compreender as experiências transcendentais, utilizando-se de uma pedagogia que favoreça a compreensão do ensino religioso em sua dimensão específica.

O professor pode integrar-se com líderes religiosos para melhor ministrar suas aulas, como nos sugere a LDB (1996): “São os sistemas de ensino que criarão regras para a escolha dos conteúdos e admissão de professores, devendo ser ouvidas entidades religiosas para que os conteúdos sejam definidos”. Como parte integrante do sistema de ensino, juntamente com o colegiado, o professor deve reunir-se com os diferentes líderes religiosos, para selecionar conteúdos que possam ser abordados democraticamente em sala de aula, para que venha auxiliar o aluno em uma formação instrutiva, respeitando a pluralidade.

Percebe-se uma abstenção por parte do Conselho Pleno do CNE no que se refere aos critérios de formação do profissional que venha a lecionar o Ensino Religioso, o que pode-se entender como ponto forte na falha acerca das orientações do que se refere aos conteúdos a serem trabalhados, acarretando uma série de problemas socioculturais dentro do sistema educacional.

Tendo em vista que o Ministério da Educação e Cultura não regula conteúdo, critérios de habilitação de professores, e tampouco material didático para a disciplina, secunda em permitir uma conjectura de conteúdos aleatórios para o ensino religioso, tal qual nos afirma Sabino (2009): “Esse vácuo normativo e de monitoramento acaba por abrir espaço para uma série de interpretações sobre qual deve ser o conteúdo do ensino religioso” (p. 62).

Percebe-se que a forma como a disciplina é colocada diante das demais, bem como a própria formação do profissional responsável por ela, deixa muito a desejar, uma vez que desde sempre, o que geralmente se nota são profissionais sem habilitação específica, ou qualquer tipo de aprofundamento em multiculturalismo religioso, lecionando o ensino religioso, sem uma fiscalização, nem mesmo regulamentação de conteúdo a ser trabalhado, corroborando para a descentralização da disciplina, o que ocorre por gerar e reproduzir o tão antigo sistema proselitista, acentuando a intolerância.

Quando trazemos essa abordagem para a primeira fase do Ensino Fundamental, em que todas as disciplinas ficam sob responsabilidade de um único professor, denota-se a dificuldade ainda maior de manter essa laicidade em sala de aula. Deste modo, acaba-se por deixar de evidenciar uma aprendizagem pautada na construção de um conhecimento através do debate. Dando então ênfase a um modelo de educação centrado apenas na transmissão de conteúdos que reduzem a possibilidade de participação do aluno, não respeitando a diversidade cultural e religiosa.

Como educadores, precisamos primeiramente respeitar a existência de outras crenças que não sejam somente aquela à qual pertencemos, e tomarmos conhecimento das demais para que também possamos deixar de “impor” a nossa crença, direta ou indiretamente aos nossos alunos. Destarte, é necessário compreender a essência das mais diversas religiões, tendo em vista que só podemos falar com propriedade daquilo que conhecemos, e por não ter o conhecimento, acabamos por reproduzir um sistema de educação que aliena o aluno e o instiga a um preconceito inconsistente.

Tomando como base a nossa própria formação escolar, já percebemos essa falha, no que se refere ao Ensino religioso de maneira democrática. O que geralmente acontece é uma prática voltada para a cultura religiosa daquele que leciona a disciplina, bem como as próprias atividades presentes no livro didático, voltadas para datas comemorativas, não dando a oportunidade de o aluno tomar conhecimento da diversidade cultural e religiosa que provavelmente exista dentro da própria sala de aula. Tal ação corrobora em permitir uma discriminação para aquilo que ele não conhece, o que futuramente tende a tornar-se preconceito, ou até mesmo intolerância religiosa.

Denota-se portanto, na prática do professor, um trabalho voltado para a religião de vertente cristã em sala de aula, uma vez que, em trabalhos acerca de datas comemorativas, são desenvolvidos tomando como base a perspectiva cristã, trazendo então tal trabalho de forma universalizada, o que corrobora para a prática preconceituosa, evidenciando ainda mais as matrizes cristãs na educação pública.

## **ANÁLISE DE QUESTIONÁRIOS**

A presente pesquisa desenvolveu-se em uma escola pública de primeira fase do

Ensino Fundamental, situada na zona urbana do município de Arara<sup>5</sup>, que atende uma clientela de 120 alunos em média, nos turnos manhã e tarde, sendo estes alunos moradores da própria comunidade e ruas adjacentes. Participaram desta pesquisa 5 (cinco) professoras da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria José de Albuquerque, respondendo individualmente o questionário estruturado em consonância com o referencial teórico deste artigo.

A partir das respostas das professoras participantes, nota-se que todas elas são cristãs, com tempo de atuação variando de seis a vinte e oito anos. Ambas consideram importante o ensino religioso, justificando que o mesmo contribui para a eficácia na formação do indivíduo, como um meio que proporciona um bom conhecimento, bem como a melhor convivência com as demais culturas.

É ressaltado o papel da escola como transmissora de conhecimento e mantenedora dos direitos de aprendizagem, priorizando o ensino de valores éticos e morais, com o intuito de combater todo e qualquer tipo de discriminação. Ambas as professoras destacam o desenvolvimento de um trabalho pautado nos mandamentos da Bíblia cristã

*“Tendo como base comum um ensino voltado ao maior mandamento do Senhor, amar a Deus sobre todas as coisas e amar ao teu próximo como a ti mesmo.”*P1

Nota-se portanto, uma forte influência cristã no trabalho desenvolvido por essa professora. Como a mesma afirma, toma a bíblia como base para desenvolver as suas aulas de ensino religioso.

Há divergências entre elas quando perguntadas a respeito de momentos de orientação sobre o ensino religioso. Apenas uma das cinco professoras respondeu positivamente à pergunta, mas logo complementou que tais momentos de orientação não foram aprofundados, apenas sugerido que trabalhassem de acordo com o proposto na LDB 9.394/96, esta também ressaltou trabalhar datas comemorativas voltadas a uma determinada doutrina religiosa, dizendo prezar pelo respeito a diversidade.

Quando indagadas sobre possíveis orientações recebidas por parte da coordenação ou direção da escola acerca da temática proposta, novamente apenas uma

---

<sup>5</sup>Município brasileiro do estado da Paraíba, Localiza-se na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Ocidental. Sua principal via de acesso é pela rodovia PB-105, está distante 155 quilômetros de João Pessoa, a capital do estado.

delas respondeu positivamente e relatou que tais orientações sugerem considerar em sala de aula os valores éticos e morais da sociedade.

Na pergunta referente à participação em atividades de orientação acerca de Ensino religioso por parte da Secretaria Municipal de Educação, todas sem exceção responderam negativamente. Sendo assim, percebe-se a ausência de empenho por parte deste órgão no que concerne a realização de orientação ou até mesmo da capacitação dos seus profissionais.

No que se refere ao modo particular delas trabalharem o ensino religioso em sala de aula, denota-se então as diferentes formas de trabalhar. Algumas afirmaram trabalhar de maneira interdisciplinar, pautando-se nos valores éticos e morais, outras responderam trabalhar através de orações no momento de acolhida dos alunos no início das aulas, por meio de mensagens bíblicas e imagens, tanto por meio de cartazes, como através de filmes abordando a temática, proporcionando uma reflexão aos alunos, tornando a aula mais prazerosa.

*“Cada pessoa segue a religião que gosta, pois todos têm o direito de fazer aquilo que quer e que gosta. O que importa é somos filhos de apenas um Deus que olha por nós, não importa as religiões que existam.” P4*

Com base no descrito acima, pode-se perceber que a disciplina de ensino religioso permanece sendo trabalhada de maneira superficial, priorizando a cultura religiosa daquela que a leciona. Nota-se que algumas delas relataram que sua forma de trabalhar seja prazerosa, mas nos fica um questionamento: prazerosa para quem? Talvez não seja difícil deduzir para quem seja, uma vez que, como visto com base nas respostas, ambas não priorizam desenvolver um trabalho voltado para a compreensão da diversidade religiosa, ou talvez nem se interessem em saber a orientação religiosa de cada aluno em particular.

Percebe-se uma prática pautada na bíblia cristã, o que nos leva a concluir que pouco ou nada se trabalha algo voltado para as religiões de outras matrizes que não sejam cristãs, o que embora, como as professoras ressaltaram trabalhar com o intuito de orientar o respeito às diversidades, direta ou indiretamente, gera um certo preconceito, e os alunos passam então a considerar como errado aquilo que eles não conhecem.

É evidente a exiguidade por parte da secretaria de educação no que se refere a uma formação e orientação desses docentes. Sabemos que o professor precisa ter um

suporte e estar sempre buscando se aperfeiçoar dentro de sua prática, porém fica difícil esperar isso de um professor que não é influenciado a tal, e tampouco cobrado por isso. De certo modo, tal ação corrobora para a perpetuação de um ensino proselitista, não se permitindo romper com as estruturas confessionais e interconfessionais ainda hoje remanescentes.

Antes de trabalhar de acordo com os preceitos de sua orientação religiosa, é necessário que o professor trabalhe o ensino religioso voltado para uma democracia religiosa, visto que ele não deve, mesmo que indiretamente, impor a sua crença aos alunos. Fica explícita a falha por parte da secretaria de educação em preparar os profissionais para lidar com essa situação, o que apenas evidencia a tendência pela promoção do ensino catequético voltado para as matrizes jesuítas de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da abordagem histórica, pudemos compreender como ocorreu a introdução do Ensino Religioso no Brasil pelos jesuítas. Através dela foi mais fácil entender o laicismo subsequente da separação do Estado e a Igreja. Sabemos que a permanência do Ensino Religioso nas escolas públicas não ficou apenas na Constituição Federal de 1988, tampouco na reformulação da LDB, em seu artigo 33.

Porém, denota-se que ainda existe uma permanente luta de campos, uma vez que estes defendem a laicidade buscam instaurar um ensino religioso baseado nas manifestações culturais dos diferentes povos, visando possibilitar o respeito à diversidade, uma vez que, como discorrido em todo este trabalho, denota-se que o Ensino Religioso ainda atua de maneira catequética, que por vezes acontece por não haverem políticas de formação de professores.

É válido lembrar que a prática do ensino religioso nas escolas não é mais um fato isolado, ele está sim presente, é consolidado no ambiente escolar, fazendo parte da grade curricular das escolas públicas. Vale ressaltar a necessidade de se repensar o componente curricular de Ensino Religioso, de modo a respeitar o princípio da laicidade, bem como a diversidade cultural e religiosa presente no ambiente escolar, evitando a reprodução de ações que gerem ou colaborem com qualquer tipo de preconceito, bem como destacar a necessidade de uma maior participação do Estado no

que diz respeito à esta disciplina, podendo este promover formação específica para os profissionais atuantes na área, como também estabelecer regras de polarização pedagógica, visando abolir todo e qualquer tipo de sectarismo, atentando também para a democracia no ensino.

## CHRISTIANITY AS A BASIS OF RELIGIOUS TEACHING IN BRAZIL

### **ABSTRACT**

The teaching of religion is without a doubt fundamental in the formation of the citizen, since small, however, one must understand and respect the religious and cultural diversity exists for which there is only a catechetical formation in the school environment. To do this, we need to study the historical process of religious teaching, as well as terms notions of field and of the religious field itself, analyzing the influence of Christianity in the same. This process can be understood through dialog with Pierre Bourdieu, tracing a parallel with the Federal Constitution, with respect to religious teaching. However, it is clear that despite so many struggles for cultural equity, you cannot see this happen as expected, and we know that one of the factors that corroborate for such is the partiality within the classroom, this often happens so "innocent" on the part of the teacher.

Keywords: religious teaching. Diversity. Education.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional nº 9394. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes; Otávio Cruz Neto; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir (Org.). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2004.

HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino religioso: O currículo do Ensino Religioso em debate. In: Diversidade Religiosa e Ensino Religioso no Brasil: Memórias, Propostas e Desafios. – Obra comemorativa aos 15 anos do FONAPER/ [organizado por] Adecir Pozzer. et al. São Leopoldo/; Nova Harmonia, 2010.

PAIVA, José Maria de. **Igreja e Educação no Brasil Colonial**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs.) Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. I: Séculos XVI- VIII. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso 15 de out. de 2016.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC / SEF, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso 15 de out. de 2016.

## **FONTES**

<http://www.ebiografia.com/pierre-bourdieu/> Acesso em 22 de jan. de 2017.

<http://www.fonaper.com.br/apresentacao.php> Acesso em 18 de julho de 2017.

# APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Questionário para Professores da Educação Infantil e 1ª fase do Ensino  
Fundamental**

Nome da Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria José de Albuquerque

Professor(a):

1. Tempo de Atuação:
2. Você pertence a alguma religião?  
( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_  
( ) Não
3. Você considera o Ensino Religioso importante? Justifique.
4. A escola já organizou algum momento/ atividade de orientação/estudo sobre o Ensino Religioso? Explique.
5. Você já recebeu, por parte da coordenação ou direção da escola, alguma orientação para abordar questões religiosas em sala de aula? Se sim, relate quais foram essas orientações.
6. Você já participou de alguma atividade organizada por algum órgão pertencente à Secretaria de Educação sobre o Ensino Religioso? Se sim, relate como foi.
7. Você trabalha o ensino religioso cotidianamente em sala de aula? Se sim, relate como isso ocorre.